

• Política

CONSTITUINTE

Proposta para a privatização da saúde tem apoio de 65 mil

Um total de 65 mil assinaturas de cidadãos brasileiros de todos os pontos do País oferecem respaldo a uma proposta de emenda popular, que objetiva garantir espaço à livre iniciativa do setor de saúde na próxima Constituição.

A proposta de emenda popular, que será entregue hoje às 18 horas, em Brasília, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, segundo a EBN, sugere que o sistema nacional de saúde deve respeitar os princípios da universalidade do atendimento, pluralismo de sistemas médico-assistenciais, livre exercício profissional e livre opção do indivíduo entre diversos sistemas.

O documento — encabeçado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaes), Federação Brasileira de Hospitais (FBH), Associação Brasileira de Hospitais (ABH), pela Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abrange) e pelo Instituto de Pesquisas dos Problemas Contemporâneos da Comunidade (IPCC) — objetiva garantir o direito à liberdade individual. Segundo ele, todo o cidadão tem o direito de escolher democraticamente o sistema de saúde que preferir e para fazer essa escolha é preciso que a Constituição garanta a coexistência dos sistemas público e privado, sem discriminar um ou outro.

Segundo Chafic Farhat, secretário-geral da Fenaes, a rede privada detém 75% dos leitos do País e atende a 85% das internações de responsabilidade do INAMP, bem como 65% da assistência ambulatorial, atuando com menores custos e maior eficiência do que o Estado.

DIRETAS

Com a presença de apenas 20 dos 93 constituintes a Comissão de Sistematização transferiu para a sessão de amanhã a votação do parecer negativo do relator Bernardo Cabral ao projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que prevê eleições diretas para presidente em 1988.

Constituinte recebe hoje 30 emendas

por Francisco Stella Fagó de Brasília

As entidades civis que se aliam nos plênários de participação popular na Constituinte para colher assinaturas de emendas ao projeto de Constituição concentraram no dia de hoje a entrega de trinta propostas.

De energia nuclear a índios, passando por reforma agrária, ensino público, saúde, educação, direitos dos trabalhadores, meios de comunicação, liberdade e autonomia sindical, as propostas estarão a partir de amanhã em mãos do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a quem caberá decidir o que incluir no projeto de Constituição a ser votado pelo plenário.

Desde que foi eleito relator, Cabral pondera que o peso político das emendas populares, subscritas por mais de 30 mil eleitores, deverá ser muito grande. Mas ele tem à frente a tarefa de conciliar emendas populares conflitantes. Receberá emendas prevendo amplos direitos aos trabalhadores formuladas pela CUT e pela CGT; drásticos instrumentos de reforma

A conquista de um espaço político

Até mesmo os mais céticos em relação às emendas populares já estão mudando de ideia, depois que grande parte delas foram entregues à Comissão de Sistematização. Um desses parlamentares que não acreditavam no sucesso das emendas populares, era o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Ontem, ao receber a emenda popular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ulysses disse à presidente da entidade, Carolina Bori, que está totalmente inclinado a defender a participação popular da frente. Ulysses disse ainda à EBN que na elaboração do texto da nova Constitu-

ção, essas emendas serão estudadas na sua essência, independentemente do número de assinaturas que ela apresentar.

Do mesmo otimismo não compartilha o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), que lamenta que as emendas de iniciativa popular não entrem na Constituinte com a força que merecem, ou seja, "com a Constituição sendo elaborada nos gabinetes e com os grupos que se formaram dentro da Constituinte, propostas populares não serão levadas em consideração na proporção em que deveriam", lembrou o senador. Bisol ressaltou que as emendas assinadas pela população servirão para intimidar os parlamentares

conservadores que dentro da Constituinte estão sendo obrigados a assumir seu papel e estão sendo desmascarados.

O professor e sociólogo Florestan Fernandes (PT-SP) teme uma reação do confronto se propostas como a reforma agrária, com previsão de mais de um milhão de assinaturas, não sejam devidamente contempladas dentro do novo texto da Constituição.

"A desilusão pode aumentar a possibilidade de conflito, mas no momento, ainda não podemos prever se esse descontentamento será transformado em guerra. Isso é normal num sistema capitalista", afirmou o deputado paulista.

Já o deputado Octávio Elisio, (PMDB-MG) entende que é preciso diferenciar as emendas de iniciativa popular daquelas em que os subscritores se aproveitaram dessa alternativa para tentar incluir algumas propostas na nova Constituição.

Estima-se que cerca de um milhão de eleitores em todo o País assinaram a emenda popular de defesa da Reforma Agrária que será entregue hoje à Assembleia Nacional Constituinte. Este número de assinaturas foi colhido através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MTST).

Críticas à atuação da confederação da indústria

por Maria do Graça Mascarenhas de Belo Horizonte

O empresário Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia S.A., criticou ontem, em Belo Horizonte, a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de seu presidente, Albano Franco, junto aos constituintes, em defesa da iniciativa privada. Segundo ele, houve pouca mobilização da CNI e também das câmaras de comércio na defesa dos interesses do empresariado na nova Constituição.

Como participante do painel "O Universo Empresarial Brasileiro e a Constituição", dentro do XIII

Congresso Nacional de Administração de Recursos Humanos, Musa disse que o empresariado brasileiro "acordou tarde para os problemas políticos e para sua importância na definição do quadro econômico, político e social do País".

Mesmo assim, segundo ele, "acordou a tempo e, já em 1986, houve expressiva participação nas eleições". Nos trabalhos da Constituinte, a mobilização também foi grande, destacando-se o trabalho desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e seu presidente, Mário Amato.

Hoje, um debate sobre as normas trabalhistas

Entre os 559 membros da Assembleia Nacional Constituinte existem dezesseis deputados que exercem atividades sindicais, que vão desde os comunistas Augusto Carvalho (PCB-DF) e Edmilson Valentin (PC do B-RJ), até o petebista Mendes Botelho (SP), ex-presidente do Sindicato dos Ferroviários.

Esses parlamentares, independentemente de partido ou de divergências eventuais em algumas posições (a questão da pluralidade sindical, por exemplo), es-

tarão hoje expor na sessão noturna da Assembleia Nacional Constituinte seus pontos de vista.

Os pontos considerados polêmicos são: os direitos dos trabalhadores; a questão sindical, com a nova estrutura do sindicalismo brasileiro, jornada de trabalho e estabilidade no emprego.

Já existem algumas definições de partidos quanto aos debatedores oficiais (serão quinze), conforme apurou a EBN.

Consenso sobre a abertura do mercado aos bancos estrangeiros

por Francisco Stella Fagó de Brasília

Filiais de bancos estrangeiros poderão instalar-se no Brasil desde que existam acordos de reciprocidade entre o governo brasileiro e os governos dos países-sede dos bancos. A proposta foi ontem consensualmente aceita pelos dois grupos de negociação da Constituinte, que, juntos, reúnem mais de 150 dos 559 deputados e senadores.

A fórmula pretende conciliar posições radicais dos constituintes que pretendem estabelecer a proibição pura e simples de bancos estrangeiros operarem no mercado brasileiro, proposta defendida pelo deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que foi relator da Subcomissão do Sistema Financeiro. A Constituinte abriga também defensores da abertura total ao capital estrangeiro, entre eles o mais notório é o senador Roberto Campos (PDS-MT).

A escolha do presidente e dos diretores do Banco Central deverá depender da anuência do Senado Federal, conforme ficou acertado.

A polêmica sobre a partilha dos recursos públicos

A aliança dos cristãos

por Adriano Vera e Silva de São Paulo

Reajustes salariais maiores para os trabalhadores que recebem menos e uma política industrial voltada para a produção de bens de consumo acessíveis às populações de baixa renda são algumas das sugestões do documento elaborado por diferentes igrejas cristãs brasileiras — que representam mais de dois terços dos "fiéis" do País — exposto ontem por dom Luciano Mendes de Almeida, presidente nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a cerca de setenta empresários na Associação Comercial e Industrial de São Paulo.

Participaram do encontro o ex-deputado Paulo Salim Maluf; Daniel Machado Campos e Colim Eid, ex-presidentes da ACI paulista; Salvador Firacdi,



D. Luciano Mendes

vice-presidente da FIESP; Euclides De Carli, vice-presidente da Federação do Comércio de São Paulo; e Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira; além do atual presidente da ACI, Romeu Trussardi.

Segundo dom Luciano, o governo não pode resolver sozinho os problemas do País, "senão já os teria resolvido", e por isso esta responsabilidade é de toda a sociedade, em especial de dois grupos: os dirigentes políticos e os que detêm a concentração da terra e do capital.

Vendo a Constituinte como "uma grande escola para a sociedade", dom Luciano apresentou as sugestões do documento da Igreja: garantir a realização da reforma agrária e a participação direta da população nas questões fundamentais mais controversas da Constituinte; suprimir o regime de exceção ainda mantido pela Lei de Segurança Nacional e realizar eleições diretas em todos os níveis, "embora não caiba a nós e sim à Constituinte dizer quando serão feitas".

entre as regiões foi resolvida pela remissão para a lei ordinária dos critérios destinados a impedir ou restringir a transferência de recursos das regiões mais pobres para as mais ricas.

Ainda há importantes polêmicas por resolver. A questão da estabilidade no emprego e da jornada de trabalho de 40 horas semanais, por exemplo, não chegou sequer a ser discutida pelos dois grupos. A defini-

ção de empresa nacional também não obteve consenso até agora.

Por proposta do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), está em debate a possibilidade de haver uma definição para empresa nacional e outra para empresa nacional de capital estrangeiro. Para efeito de concessão de incentivos fiscais, crédito subsidiado e de mercado interno, haveria uma definição para

empresa nacional. E seriam consideradas empresas nacionais de capital estrangeiro as empresas que remetesse lucros para o exterior. Elas não teriam as vantagens das empresas nacionais, mas não teriam problemas com a tributação. Se não forem consideradas nacionais pela legislação brasileira, argumenta Dornelles, seriam tributadas no Brasil e nos países de origem.

"Um dicionário de anseios"

por Zanoni Antunes de Brasília

O senador Roberto Campos (PDS-MT) afirmou ontem, ao debater na sessão noturna da Assembleia Nacional Constituinte, os princípios da ordem econômica, que o atual projeto da Comissão de Sistematização se tornou "um dicionário de anseios e aspirações", sem relação com a sociedade. Ao sentenciar que a Constituição começou mal, Campos lembrou que o texto até agora pro-

duzido é timidamente capitalista na ordem econômica e francamente socialista na ordem social.

Para ele, é uma tradição histórica que o País seja mais propenso a fabricar constituições do que a cumpri-las.

"A Constituição de 1967 é privatista, mas assistimos, logo depois, no período de 1974/79, à maior estatização da nossa história", afirmou o senador, que já foi ministro do Planejamento. Com relação à definição de empresa nacional,

Campos disse que a sua definição não é matéria constitucional. "Bastam-nos as definições que já existem no Código Comercial e na Lei das Sociedades Anônimas — empresa nacional é aquela constituída de acordo com as leis do Brasil e que aqui mantenha sua sede de direção", explicou.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) defende a tese da municipalização, deixando as pequenas e médias empresas imunes à tributação do estado e da União.

A mobilização dos comerciantes

A Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul pretende reunir, hoje, 1,2 mil dirigentes de entidades empresariais de todo o País numa manifestação contra propostas trabalhistas em discussão na Assembleia Nacional Constituinte, principalmente as da estabilidade no emprego e da jornada de trabalho de 40 horas semanais.

O presidente da Federação, Cesar Rogério Valente, disse à agência Globo que o encontro, que inicia-

rá às 9 horas na sede da Sociedade Ginástica Porto-Alegrense, "definirá claramente a posição dos empresários sobre a futura Constituição brasileira", pois contará com lideranças expressivas de vários setores. Confirmaram a participação o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL), o presidente das Associações Comerciais do Paraná, Carlos Alberto de Oliveira, o presidente das Associações de

Minas Gerais, Hiram dos Reis.

O resultado da manifestação será transformado em documento a ser enviado aos constituintes e divulgado ao público. Ele denunciará, conforme Valente, "a ação dos que, por demagogia, visão estreita ou posição demagógica, buscam inserir na Constituição supostos ganhos aos trabalhadores, o que na prática resultará em menos empregos, menores salários e redução de benefícios à comunidade".

Um "lobby" a favor do tabaco

por Francisco Stella Fagó de Brasília

Em causa própria, os publicitários vão testar na Constituinte o seu poder de convencimento. Eles partem hoje em caravana para o Congresso Nacional, em um Airbus fretado da Vasp, para defender a liberdade para anunciar. Lançam pelos principais jornais do País uma campanha nacional com o lema

"liberdade para anunciar".

Quando a nova Constituição for promulgada, o teste estará concluído. O projeto em discussão na Constituinte proíbe expressamente a propaganda comercial de cigarros, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e medicamentos. Prevê também que "a lei criará mecanismos de defesa da pessoa contra a promoção, pelos

meios de comunicação, da violência e outras formas de agressão à família, ao menor, à ética pública e à saúde".

O resultado da campanha é evitar que a Constituinte altere qualquer das regras da propaganda que vigoram hoje. São regras de auto-regulamentação, previstas no Código Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (Conar).

A nova face da crise entre o PMDB e o governo

Embora por interesses diferentes, a tese de rompimento do PMDB com o governo após a promulgação da nova Constituição deverá colocar na mesma posição política tendências ideológicas antagônicas. O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, do grupo "moderado", entende que as crises entre o partido e o governo devem ser administradas somente enquanto durar o trabalho da Constituinte. Fernando Collor, de Alagoas, alinhado com os "progressistas", não tem dúvida de que haverá o rompimento, em razão do descontentamento do PMDB com a política econômica.

Cauteloso, o governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, acha que a rediscussão do apoio do PMDB ao governo seja benéfica, na medida em que serviria para oxigenar o partido. Pessoalmente, contudo, não acredita que esse rompimento venha a se configurar.

Os interesses diferenciados que podem levar Fernando Collor e Newton Cardoso a ocupar a mesma tribuna, em favor do rompimento, tem raízes na própria atuação política de cada um. Aliado fiel do presidente Sarney, o governador de Minas Gerais e a maioria do grupo de tendência moderada se ressentem da posição ambígua dos "progressistas", ora apoiando, ora criticando o governo. No outro extremo, Fernando Collor e os "progressistas" defendem o "racha" com o governo de olho nas eleições presidenciais. O alinhamento com o governo, para eles, trará prejuízos eleitorais irrecuperáveis ao partido.

Embora a discussão ainda esteja restrita a conver-

sas informais de parlamentares e até ministros com o deputado Ulysses Guimarães, o Palácio do Planalto começa a observar com atenção a nova crise entre o PMDB e o governo. O chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, reconhece as dificuldades de relacionamento entre o governo e o partido, configuradas nas críticas de parlamentares e até de ministros de Estado à política econômica, mas considera isso parte do processo democrático.

Em nota distribuída pela Coordenadoria de Comunicação do Ministério da Ciência e Tecnologia, o ministro Renato Archer nega que tenha pretendido deixar o governo, informa a Agência Globo. Estou autorizado pelo ministro Renato Archer a informar que isto nunca aconteceu. O ministro jamais aventou "a possibilidade de deixar isoladamente o governo", diz a nota.

Parlamentares que frequentam as reuniões na residência do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, contudo, confirmam que o ministro não só se tem queixado do governo, como já criticou duramente a atuação do presidente José Sarney.

No âmbito da Constituinte, a discussão sobre o rompimento do PMDB com o governo, tão logo seja promulgada a nova Constituição, começou a ganhar corpo. Hoje, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) começou a coletar assinaturas para um requerimento de convocação da bancada do partido na Constituinte, que será entregue ao líder Mário Covas, para debater a posição do PMDB diante do governo.

Em Xingó, negocia-se a superintendência da Sudene

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

Hoje, estarão reunidos nove governadores do Nordeste, mais o governador de Minas Gerais em Xingó (AL) com o presidente Sarney. "Um cenário político propício", para eles chegaram a um acordo sobre o nome do novo superintendente da Sudene observou ontem o porta-voz da Presidência, Frota Neto.

Depois de acionar a carga de dinamite que vai mudar o curso do rio São Francisco para a construção da hidrelétrica, o presidente vai perguntar aos governadores "para onde estão apontadas suas baterias", como disse uma fonte do Palácio do Planalto. Se depender dos governadores Fernando Collor de Melo (AL) e Tasso Jereissati (CE), elas apontam para o nome que vier a ser indicado pelo governador Miguel Arraes (PE), embora a sondagem feita pelo Palácio do Planalto indique que nenhum governador indica publicamente o nome do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson.

lagoas nunca foi chamada para formar esse processo de composição do governo". O governador, porém, comparece à solenidade.

Como a unidade dos governadores do Nordeste "deve" passar pelo governador Miguel Arraes, como defende Tasso Jereissati, o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, também não quis fazer nenhum comentário sobre prováveis nomes para a Sudene, pois ele também defende o consenso, mas faz uma observação: "Eu defendo um nome técnico para um cargo técnico, mesmo que este nome tenha que ser indicado politicamente". Cafeteira acha que o vice-governador Carlos Wilson "não vai abandonar um mandato popular para assumir a Sudene".

Costa Couto, ministro da Casa Civil, acredita que o novo nome sai hoje, durante a reunião informal da Sudene. Sem querer "se antecipar" o ministro, entretanto, comentou que o nome de Carlos Wilson "tem todas as credenciais" para o cargo. Neste caso, o vice-governador pernambucano teria de pedir licença, o que na opinião do líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, não seria difícil, pois Carlos Wilson não teria que abrir mão do cargo. O deputado lembrou à editora Cecília Pires, deste jornal, o caso do prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, quando assumiu o Ministério da Reforma Agrária.